

PARTIDOS E INCUMBENTS NO BRASIL E URUGUAI EM ANÁLISE COMPARADA (2000-2010)

LIMA, Daniel Vaz¹; BARRETO, Álvaro²

¹UFPel, Curso de Bacharelado em Ciências Sociais; ²UFPel, Departamento de Sociologia e Política.
dvlima.vaz@gmail.com¹, albarret.sul@terra.com.br².

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa compara o desempenho dos partidos políticos nas eleições para chefes dos executivos subnacionais do Brasil e Uruguai, realizados nos períodos que compreendem os anos 2000 e 2010. Mais especificamente, compara a capacidade que essas instituições têm para se manterem no poder que, nesse caso, significa reeleger-se e assim identificar as características dos sistemas partidários subnacionais desses países. Para isso, a problemática de pesquisa busca analisar se existe diferença entre o índice de reeleição dos partidos nas eleições subnacionais do Brasil e do Uruguai e, se existe, quais razões para tal. Para responder à questão a pesquisa adotou como parâmetros a comparação dos resultados obtidos pelos partidos com os resultados alcançados pelos titulares dos cargos de Prefeito e Intendente. Por conseguinte, três situações foram dimensionadas: 1) Quando os partidos contam com o incumbent, ou seja, o titular do cargo concorre a reeleição imediata; 2) Quando este não participa da disputa e; 3) Quando os resultados do partido e do incumbent podem ser diferentes.

A possibilidade de comparação entre Brasil e Uruguai se valida pela existência de algumas peculiaridades das regras institucionais de ambos. E foi a partir do ano 2000 que ambos os países passaram a vivenciar situações institucionais mais semelhantes possibilitando melhor comparação entre eles. O Uruguai permite a reeleição dos intendentes desde 1934, no entanto, até 1994 as eleições nacionais e as locais eram não somente simultâneas, mas também vinculadas. Guerrini (2000, p.187) e Cardarello (2001, p.82) chamam a atenção para o “efeito de arrasto” da eleição presidencial onde, na maioria das vezes, a sorte do intendente estava associada ao desempenho dos candidatos presidenciais de seu partido, independente da qualidade da gestão e dos níveis de aprovação que ele apresentava. Com a reforma institucional de 1997 os intendentes e os membros do legislativo são escolhidos cerca de sete meses após a eleição nacional permitindo, teoricamente, que maior autonomia para as disputas locais. O Brasil adota um período específico para os pleitos municipais há muitas décadas sendo que ocorrem dois anos após a escolha do presidente, dos governadores e respectivos legislativos estadual e federal. Contudo, só passou a permitir a possibilidade de reeleição do chefe do executivo com a promulgação da emenda constitucional 16, em 4 de junho de 1997. A possibilidade de reeleição¹ para prefeito passou a ser aplicado no pleito de 2000.

Outra peculiaridade das regras institucionais entre Brasil e Uruguai que possibilitam a comparação entre eles esta no sistema partidário de ambos. No Uruguai, embora existam menos partidos que no Brasil, cada um pode lançar até 3 candidatos para o cargo de intendente. O que motiva a regra é atender os interesses

¹ Brasil e Uruguai possibilitam a reeleição para somente mais um mandato.

das divisões internas chamadas de “frações”. Assim, além de ampliar o número de candidatos essa situação torna possível que o incumbent seja derrotado, mas o partido não. Já no Brasil cada partido está autorizado a apresentar apenas um candidato ao cargo do executivo. No entanto, é prática corrente as legendas se associarem para lançar um único candidato, ou seja, formarem as coligações. Além disso, no Brasil existem fenômenos que são raros no Uruguai, mas que, assim como no país vizinho, permitem que, num mesmo pleito, o incumbent seja derrotado e o partido o qual ele se elegeu venha a vencer. São eles: 1. a migração partidária, quando ao longo do mandato o prefeito abandona o partido pelo qual se elegeu, filia-se a outro e pleiteia a reeleição por essa nova legenda; 2. a substituição definitiva do prefeito em razão de cassação, renúncia ou morte (Nesse caso ocorre a mudança do partido que está no poder, pois é comum, em razão da coligação, que o vice-prefeito seja de outra legenda).

O campo que abarca o objeto estudado compreende os resultados das três últimas eleições realizadas nos dois países (2000, 2004 e 2008 no Brasil e 2000, 2005 e 2010² no Uruguai). Foram selecionados os pleitos de 19 departamentos uruguaios e 62 dos mais importantes municípios brasileiros (as 26 capitais estaduais e os 36 que, desde 2000, poderiam realizar eleições em dois turnos). Assim, a pesquisa abarca 243 disputas (186 no Brasil e 57 no Uruguai).

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

As situações institucionais peculiares de cada país fez com que a pesquisa adotasse alguns procedimentos metodológicos para classificar a condição do partido do incumbent ou do partido no poder, especialmente no caso brasileiro. Em situações normais quando não houve migração partidária do chefe do executivo subnacional nem troca do partido no poder, o que acontecer a um ocorrerá a outro. No entanto:

1) Quando o prefeito trocou de legenda ao longo do mandato, a pesquisa considerou o resultado da tentativa de se manter no cargo do partido pelo qual ele se elegeu e não daquele que o prefeito aderiu;

2) No caso em que houve a substituição definitiva do chefe do executivo e isso implicou a mudança do partido titular do poder, o estudo considerou a legenda pela qual foi originalmente eleito como aquela que buscou a reeleição e não o novo partido;

3) Quando o titular do cargo do executivo não concorreu, a pesquisa avaliou que o partido que havia elegido o prefeito estaria reeleito se compusesse a coligação vencedora, ainda que não fosse a legenda do candidato indicado e eleito para o cargo.

As fontes utilizadas para esta pesquisa são, para o caso uruguio, trabalhos bibliográficos que versavam sobre os ciclos 1999-2000 e de 2004-2005, organizados pelo instituto de ciência política da universidade de La Republica (VARIOS AUTORES, 2000; BUQUET [Coord], 2005). Para o pleito de 2010 foram consultados dados do site da Corte eleitoral do país.

Para o caso brasileiro, a fonte principal foi o site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) onde pode-se consultar tanto os resultados eleitorais e

² A partir de 2010 o Uruguai passou a adotar um terceiro nível administrativo que é o município. Para entender melhor: BARRETO (2011)

composição das coligações, como os prefeitos que concorreram à reeleição, o modo como haviam se saído e as eventuais trocas de legenda. A pesquisa se preocupou também com relação àqueles prefeitos que não participaram do pleito para saber se haviam desistido, tido a candidatura impugnada pela justiça eleitoral ou sido substituídos. Para isso consultou-se os sites: Wikipédia, institucionais (prefeituras, sobretudo), de alguns políticos e de órgão de imprensa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como questão norteadora desta pesquisa a existência ou não de uma diferença entre o índice de reeleição dos partidos nas eleições subnacionais do Brasil e do Uruguai e, se existe, quais razões, a pesquisa obteve o seguinte resultado:

Tanto no Brasil quanto no Uruguai o índice de reeleição alcançado pelos partidos após as reformas constitucionais dos anos de 1990 supera os 50% sendo um desempenho favorável. O desempenho apresentado pelos partidos no Uruguai (71, 9%) é um terço maior do que no Brasil (54,8%), o que significa dizer que os partidos brasileiros e uruguaios apresentam desempenhos distintos no quesito reeleição. No entanto, com vistas a consolidar essas tendências e responder a segunda pergunta, relativa às razões para tal distinção é importante relacionar tais dados com os relativos aos incumbents. Sendo assim, a pesquisa constatou que, quando o partido conta com o incumbent, o índice de reeleição é de 74% no Brasil e de 66,7% no Uruguai. Quando o partido não conta com o incumbent os resultados mostram um contraste sendo que no Uruguai o partido mantém o cargo em 81% e, no Brasil, em apenas 32% dos casos. Constata-se assim, que no Brasil os partidos dependem muito mais dos incumbents do que no Uruguai como já registrou Cardarello (2009, p.201).

Analisando especificamente o caso brasileiro constata-se que o candidato é decisivo para o sucesso do partido. Quando há incumbent na disputa, o partido que o elegeu no pleito anterior conquista um índice menor de sucesso do que quando ele é o partido do incumbent (65,8% a 74%). Quando não há candidato a reeleição, o partido que venceu a disputa anterior tem um desempenho melhor do que aquele apresentado se ele não conta com o incumbent, embora esse não participe do pleito (34,8% a 32,6%). Assim, quando um pleito não possui candidato à reeleição imediata, a disputa se torna mais aberta.

Nos dois países, quando há incumbent envolvido na disputa, o resultado obtido pelo partido está relacionado a esse fato, ou seja, o destino de um esta relacionado ao destino de outro (Brasil com 85% dos casos e Uruguai com 94,4% dos casos).

4 CONCLUSÃO

O trabalho apresentou uma comparação entre a capacidade que os partidos brasileiros e uruguaios tem de se reeleger nas eleições para chefe do executivo que correspondem no caso brasileiro o prefeito e no caso uruguaio o intendente. Verificou-se que os partidos tem obtido sucesso em mais de 50% dos casos e que o Uruguai o sucesso foi um terço maior que o brasileiro.

Em relação a figura do incumbent o trabalho verificou-se que no Brasil, o destino do partido que concorre a reeleição esta relacionado com a presença ou não do incumbent o que não acontece no Uruguai onde o êxito dos partidos independe da presença do intendente embora apresenta índices de sucesso mais intenso quando o incumbent está presente.

A razão para essa situação se explica pelo fato de o Brasil não ter um sistema partidário solidamente constituído quanto tem o Uruguai tanto em escala nacional com em nos subsistemas locais. Assim, no Brasil devido ao seu sistema partidário menos consolidado, com menos capacidade de influenciar o eleitorado, os titulares do executivo são avaliados muito mais por suas características pessoais.

5 REFERÊNCIAS

BARRETO, ALVARO. Descentralização político-administrativa: a experiência da criação de municípios no Uruguai (2009-2010) In: MENDONÇA, Daniel (Org.). **Democracia e processos políticos**. Pelotas: UFPel, 2011.

BUQUET, Daniel (Coord.). 2005 **Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005**. Montevideo: Banda Oriental; Instituto de Ciencia Política.

CARDARELLO, Antonio. 2001. Entre la continuidad y la disidencia: perfiles de campaña en Maldonado, Paysandú, Salto y Colonia In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). **La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental.

_____. 2009. **La Reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos**. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GUERRINI, Aldo. 2000. El Peso político de los intendentes del interior: apuntes para una discusión a la luz de las últimas consultas electorales In: Vários Autores. **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Banda Oriental; Instituto de Ciencia Política.

VÁRIOS AUTORES. **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Banda Oriental; Instituto de Ciencia Política.